



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PETIÇÃO Nº 14441 - SP (2021/0225971-3)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
REQUERENTE : CLAUDIO STRAPASSON NETO CESTA BASICA LTDA EM
RECUPERACAO JUDICIAL - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : FÁBIO RESENDE LEAL - SP196006
CAMILA BLANCO ANSELMO - SP284820
JAMILE DA SILVA RIBEIRO GONÇALVES E OUTRO(S) -
SP445600
REQUERIDO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : PAULO ROBERTO JOAQUIM DOS REIS - SP023134
DANIEL DE SOUZA - SP150587
LARISSA CRISTINA FERREIRA MESSIAS - SP289357
CLICIA DO NASCIMENTO VECCHINI - SP304688

DECISÃO

Cuida-se de tutela provisória interposta por CLAUDIO STRAPASSON NETO CESTA BASICA LTDA., com pedido liminar de atribuição de efeito suspensivo ao recurso especial interposto (fls. 85-119), contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Alega a parte recorrente que "A partir dos resultados financeiros supra, facilmente se infere que a Recuperanda sofrerá com a majoração das despesas em aproximadamente R\$ 16.000,00 ou R\$ 14.000,00, o que a descapitalizará e colocará em risco a continuidade da atividade empresária e, por conseguinte, o sucesso de seu soerguimento" (fl. 14).

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Em análise preliminar, não está configurado o *periculum in mora*.

A parte recorrente não comprovou o risco de dano irreparável ou de difícil reparação, pois apenas fez o pedido de liminar de concessão de efeito suspensivo apenas com argumentos genéricos, sem especificação ou individualização do caso concreto.

Dessa forma, não houve a demonstração de como o possível erro no

julgamento proferido pelo Tribunal de origem reclamaria intervenção urgente, a fim de se evitar "dano grave, de difícil ou impossível reparação" (AgInt no TP n. 851/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 28/5/2018).

Ante o exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo ao recurso especial sem prejuízo do ulterior juízo de admissibilidade do recurso pelo ministro relator, a quem deve ser encaminhado o processo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente